

e.pharma

NEWSLETTER APIFARMA

à conversa com...

Fernando Araújo

DIRECTOR-EXECUTIVO DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE (SNS)

Índice

EDITORIAL _____ 03

À CONVERSA COM... _____ 04

Fernando Araújo, Director-Executivo do Serviço Nacional de Saúde (SNS)

NOTÍCIAS _____ 07

ENTREVISTA _____ 11

LEGISLAÇÃO _____ 12

PHARMA EM NÚMEROS _____ 13

Por um Portugal atractivo e de sucesso

A relevância da Investigação Clínica e da Inovação Biomédica como uma prioridade para o sector da Saúde em Portugal é finalmente bastante consensual. Esta transformação é uma conquista de todos – reguladores, promotores, centros de investigação clínica, clínicos-investigadores e doentes –, e permite a concretização de um plano que tenha a ambição de promover a Investigação Clínica e a Inovação Biomédica em Portugal e, por essa via, a melhoria contínua dos serviços de saúde em Portugal.

Existe um percurso a percorrer. Há acções críticas na área da capacitação do ecossistema para incrementar de forma decisiva a investigação clínica quer da iniciativa da indústria, quer da iniciativa do investigador.

No primeiro componente, a acção estratégica deve estar focada na capacidade de federar a rede que existe em Portugal neste domínio, nomeadamente através da criação de uma porta de entrada única que, enquadrada com as iniciativas europeias a decorrer nesta área, promova eficácia e eficiência ao processo, que se transforme em ganhos significativos no número de ensaios a decorrer no país, bem como no número de sujeitos recrutados.

No segundo componente, focado na promoção de acções de apoio a projectos neste domínio científico, bem como ao estímulo à promoção de projectos que antecipem as novas tendências e necessidades na área da inovação e investigação clínica, pretende-se garantir a atracção e a retenção de talento. Para garantir este desiderato, é crítica a formação prestada aos diferentes intervenientes nos processos de investigação clínica e de inovação biomédica (desde a centros de investigação, profissionais e doentes) e, em paralelo, criar acções concretas de promoção da cooperação interinstitucional.

Todos somos convocados a participar. Só assim conseguiremos dar uma resposta à altura deste desafio e concretizaremos a nossa ambição e a nossa vontade de criação e consolidação das condições que irão permitir colocar Portugal entre os países europeus mais atractivos e de maior sucesso na área da investigação e inovação em saúde.



| Nuno Sousa

Vice-Presidente da AICIB



“Pretende-se que a reforma em curso traga uma dinâmica diferente em termos de investigação no SNS”

à conversa com... ***Fernando Araújo***

Fernando Araújo, Director-Executivo do Serviço Nacional de Saúde (SNS) explica, em entrevista, que um dos objectivos da reforma em curso é trazer uma “dinâmica diferente em termos de investigação no SNS”. Adianta, ainda, que seria importante uma evolução no domínio dos ensaios clínicos, “aumentando a sua capacidade e disponibilidade, aproximando-nos das melhores experiências europeias”. Sobre a intenção de estender o modelo das Unidades Locais de Saúde (ULS) a todo o Portugal continental, espera que o novo modelo traga “mais proximidade e mais acesso” para os cidadãos.

TEM UM CURRÍCULO IMPRESSIONANTE NA ÁREA DA SAÚDE. UMA EXPERIÊNCIA DECISIVA PARA AS ACTUAIS FUNÇÕES COMO DIRECTOR-EXECUTIVO DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE?

Sem dúvida que o facto de ter trabalhado em funções distintas, locais, regionais e nacionais, dentro do Serviço Nacional de Saúde, em termos de exercício da actividade de médico e na gestão, permite uma visão transversal e profunda dos processos.

O SEU PERCURSO PROFISSIONAL PERMITIU TER UM CONHECIMENTO PROFUNDO SOBRE A SAÚDE, EM PORTUGAL. QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS DESAFIOS PARA A GESTÃO DO SNS?

As questões principais estão ligadas ao planeamento e organização do SNS, à sustentabilidade económico-financeira e aos recursos humanos. Claramente que temas como os sistemas de informação e a inteligência artificial, a evolução tecnológica ou uma abordagem mais amiga do ambiente, entre outras questões, são também dimensões extremamente relevantes.

ESTÁ EM CURSO UMA DAS REFORMAS MAIS PROFUNDAS DESDE A CRIAÇÃO DO SNS. ESTÃO CRIADAS AS CONDIÇÕES PARA ASSEGURAR OS NECESSÁRIOS GANHOS DE EFICIÊNCIA, UMA COBERTURA MAIS EFICAZ DOS CUIDADOS DE SAÚDE E UM FUNCIONAMENTO DOS ORGANISMOS DO SNS CADA VEZ MAIS FOCADOS NOS CIDADÃOS?

As condições não são possíveis de se modificar num período limitado e as transformações exigem o seu tempo para serem implementadas. Mas a estratégia visa focar o SNS nos cidadãos, privilegiar a prevenção da doença e os cuidados primários de saúde, desburocratizando o sistema, e conferindo mais responsabilidade e autonomia às instituições.

O QUE É POSSÍVEL RETIRAR DA EXPERIÊNCIA NA GESTÃO DAS UNIDADES LOCAIS DE SAÚDE (ULS) JÁ EXISTENTES, NO SENTIDO DE GARANTIR EQUIDADE NO ACESSO DOS CIDADÃOS AOS CUIDADOS DE SAÚDE? QUE ALTERAÇÕES VAI SENTIR O CIDADÃO COM ESTE NOVO MODELO?

Esperamos que consigamos mais proximidade e mais acesso para os utentes. Esta nova política tem características diferentes das anteriores neste contexto, sendo por isso, por vezes, denominadas de ULS 2.0. Entre outras questões, como a alteração do financiamento, da organização ou dos sistemas de informação, pretende-se que estas Unidades Locais de Saúde surjam da discussão dos profissionais, de baixo para cima, utilizando as soluções mais adequadas.

ESTÃO EM VIGOR DIVERSAS FORMAS DE CONTRATUALIZAÇÃO COM ENTIDADES CUJA FORMA JURÍDICA E MODELO DE FUNCIONAMENTO SE ESPERA VIREM A SER ALTERADAS NUM FUTURO PRÓXIMO. QUAL SERÁ A NOVA ORGÂNICA DO SNS E QUAIS AS REGRAS DE TRANSIÇÃO QUE SE PRETENDEM APLICAR?

Estão a ser acautelados os diversos instrumentos de governação, seja os contratos-programa, os Planos de actividade e Orçamento e o Orçamento do Estado para 2024 (em termos de valores e de articulado).





ESTA REFORMA, QUE INCLUI MEDIDAS APARENTEMENTE SIMPLES, MAS DE GRANDE IMPACTO, COMO A EXTENSÃO DO PRAZO DE VALIDADE DE RECEITAS E PRESCRIÇÕES, VAI AO ENCONTRO DE QUEM DEFENDE QUE O MAIOR PROBLEMA DO SNS ERA DE ORGANIZAÇÃO, MAIS DO QUE DE ESCASSEZ DE RECURSOS?

São medidas importantes para reduzir a carga administrativa dos profissionais de saúde, e melhorar o acesso dos cidadãos.

AFIRMOU QUE O PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA (PRR) "TEM DE SER MUITO BEM UTILIZADO" PARA PERMITIR O "SALTO TECNOLÓGICO" DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DE SAÚDE. QUE MEDIDAS DESTACA NESTA ÁREA? VAMOS CUMPRIR OS PRAZOS? A TRANSIÇÃO DIGITAL CONTINUA A SER UMA PRIORIDADE?

A transformação tecnológica dos sistemas de informação constitui um dos grandes instrumentos para promover a qualificação do SNS. Os valores inscritos no PRR têm de ser utilizados com estratégia e visão, para não se perder uma oportunidade única de mudar esta dimensão e prepará-la para responder aos desafios do futuro.

A INDÚSTRIA FARMACÊUTICA EM PORTUGAL É UM MOTOR DE CRESCIMENTO GLOBAL DO PIB E CRIA EMPREGO ALTAMENTE ESPECIALIZADO, COM FORTE IMPACTO NA ECONOMIA NACIONAL. COM A NOVA REFORMA SERÁ POSSÍVEL FOMENTAR A INOVAÇÃO E O VALOR ECONÓMICO GERADOS POR ESTE SECTOR?

Pretende-se que a reforma em curso traga também uma dinâmica diferente em termos de investigação no SNS, fomentando a diferenciação e projectos com a academia e as empresas.

RECONHECE O PAPEL DOS ENSAIOS CLÍNICOS NA SUSTENTABILIDADE DO SISTEMA DE SAÚDE, NOMEADAMENTE A COMPONENTE DE DISPONIBILIZAÇÃO PRECOCE DE TRATAMENTOS INOVADORES ÀS PESSOAS COM DOENÇA?

Sem dúvida que os ensaios clínicos possuem um papel relevante na sustentabilidade do sistema de saúde, bem como no acesso precoce a medicamentos inovadores e na captação de profissionais. Era importante que o SNS conseguisse evoluir nesta área, aumentando a sua capacidade e disponibilidade, aproximando-nos das melhores experiências europeias.

É SABIDO QUE O INVESTIMENTO PER CAPITA EM SAÚDE É INFERIOR AO DA MÉDIA DA UNIÃO EUROPEIA. TEM EXPECTATIVA QUE O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2024 SEJA REFORÇADO PARA GARANTIR AS RESPOSTAS QUE O SNS PRECISA?

Temos a expectativa favorável de um crescimento do OE2024 para a saúde, mas temos de saber utilizá-lo de forma efectiva, reduzindo despesa inapropriada e fazendo bom uso da confiança que os Portugueses depositam no Serviço Nacional de Saúde.

Testemunho dos estudantes que receberam a



Alexandre Andrade | 18 anos | Engenharia Informática

"Esta bolsa patrocinada pela APIFARMA ajudar-me-á bastante no meu futuro. Não só poderei usar parte do dinheiro para despesas essenciais, como também poderei guardar a restante parte, de modo a ter um ponto de partida para perseguir os meus sonhos"

Carolina Jorge | 18 anos | Ciências Farmacêuticas

"Após muito trabalho e dedicação ao longo dos últimos três anos, sinto que esta bolsa traduz-se na manifestação de todo esse esforço, desse trabalho, e que vai ser um grande conforto e uma grande segurança no início desta nova etapa da minha vida"

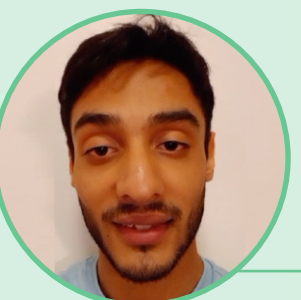
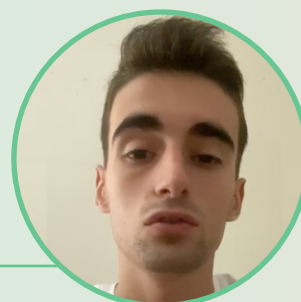


Diogo Riscado | 18 anos | Inteligência Artificial e Ciência de Dados

"Este tipo de projecto é extraordinariamente importante não só para alunos, mas também para a sociedade, para percebermos o que é possível fazer e para extrairmos o melhor que há na nossa sociedade, porque há muito potencial"

Eduardo Felgueiras | 18 anos | Direito

"Gostaria de parabenizar e agradecer a todas as instituições que foram responsáveis por esta causa. É algo que deve e pode ser tomado como ponto de partida para ainda mais iniciativas, de maneira a ajudar todos os estudantes que necessitem"



Eleazar Pereira | 18 anos | Engenharia Aeroespacial

"Queria candidatar-me a Engenharia Aeroespacial no Instituto Superior Técnico, em Lisboa, desejo que teria ficado comprometido. Graças ao apoio da minha família, de outras pessoas e da APIFARMA, consigo concretizá-lo"

**Eva Almeida | 18 anos | Medicina**

“A Bolsa de Mérito da APIFARMA vai contribuir para que eu possa realizar o meu sonho sem sobrecarregar os meus pais”

Ana Isabel Ferreira | 18 anos | Medicina

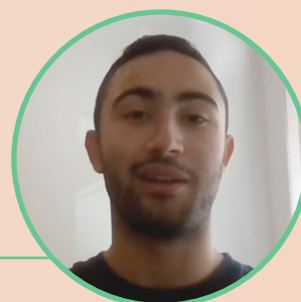
A Bolsa Universitária de Mérito APIFARMA “ajudará não só a manter os meus estudos académicos que se iniciaram este ano, mas motivará a continuar o bom nível de resultados que tenho apresentado ao longo destes anos”

**Matilde Cidrais | 18 anos | Ciências Biomédicas**

“A Bolsa de Mérito da APIFARMA valoriza o meu esforço, o meu trabalho e o meu estudo até agora e permite-me também continuar a lutar por atingir sempre os resultados mais elevados”

Ricardo Campos | 18 anos | Engenharia Física

“Esta bolsa será sem dúvida uma grande ajuda. Vai cobrir a renda da casa que tem sido a minha maior preocupação. O mais sincero obrigado a toda a equipa da APIFARMA”

**Ricardo Rocha | 17 anos | Engenharia Química**

“Ao receber a Bolsa APIFARMA fiquei mesmo contente por saber que consigo investir no meu estudo e na minha carreira para conseguir tornar-me o grande profissional que sonho ser desde pequeno”

APIFARMA é uma das entidades signatárias do Protocolo para estudo “Quem paga a Raspadinha”

Estudo lançado pelo Conselho Económico e Social avança agora para segunda e terceira fases.

A APIFARMA é uma das signatárias do protocolo para desenvolvimento do estudo “Quem Paga a Raspadinha”, lançado pelo Conselho Económico e Social (CES). A Associação da Indústria Farmacêutica é acompanhada neste protocolo pela Universidade do Minho, a Fundação Manuel António da Mota, a Fundação Social Bancária e a Fundação Mestre Casais.

O director de Assuntos Institucionais e Inovação da APIFARMA, Heitor Costa, esteve presente no evento de apresentação da primeira fase deste estudo, que indica que 3.09% da população adulta portuguesa está em risco de desenvolver problemas de jogo, sendo que a prevalência de problemas de jogo com raspadinhas é de 1,21%.

Desenvolvido por uma equipa de investigação liderada por Pedro Morgado e Luís Aguiar-Conraria, da Universidade do Minho, o estudo conclui também

que o consumo frequente de raspadinhas é mais comum nas pessoas com baixos rendimentos (400-664€/mês) e que estas pessoas têm 3,1 vezes mais probabilidade de serem jogadores/as frequentes do que as pessoas que auferem mais de 1500€/mês.

O CES vai financiar a segunda e terceira fases do estudo “Quem Paga a Raspadinha”.



CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL





APIFARMA recebe alunos de Ciências Farmacêuticas para estágios de Verão

Programa oferece um primeiro contacto com a realidade nesta área e mostra potenciais saídas profissionais.

Entre Julho e Agosto, a APIFARMA recebeu sete estagiários dos 4.º e 5.º anos do Mestrado Integrado de Ciências Farmacêuticas (MICF) da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa e do Instituto Universitário Egas Moniz, ao abrigo do Programa Estágios de Verão 2023.

Este programa procura oferecer a alunos universitários da área das Ciências Farmacêuticas um primeiro contacto com a realidade profissional. Além disso, facilita a familiarização com o ambiente empresarial e mostra as potenciais saídas profissionais na área da Indústria Farmacêutica.

Ao longo de duas semanas, os estagiários tiveram oportunidade de conhecer de forma mais aprofundada as áreas de intervenção da APIFARMA e adquirir conhecimentos específicos na áreas técnico-científicas e de deontologia/compliance.

Na edição de 2023, a APIFARMA contou com a participação de jovens promissores, que muito enriqueceram a nossa experiência e permitiram um intercâmbio muito positivo entre a dimensão profissional e académica.

CLIQUE AQUI PARA OUVIR



Dispensa em proximidade | APIFARMA teve um papel ‘facilitador’ no processo

Aguarda-se publicação do diploma para arrancar com a dispensa em proximidade.

Com previsão de arranque para o terceiro trimestre de 2023, o sistema de dispensa em proximidade de medicamentos de uso exclusivo hospitalar resultou da sinergia de vários organismos aproveitando “tudo o que existe, usando cada um naquilo que faz de melhor”, afirma Paulo Sousa, Presidente do Conselho de Administração dos Serviços de Utilização Comum dos Hospitais (SUCH) e o entrevistado de Setembro da APIFARMA.

Além da organização que dirige, com a Indústria Farmacêutica, distribuidores farmacêuticos, a Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS) e as farmácias comunitárias, “o desafiante foi mesmo aproveitar o que estes todos fazem bem” e em cima dessa sinergia somar “mais este desafio”, explica, considerando que se conseguiu “um resultado equilibrado em termos de custo e o objectivo atingido”.

Em particular, nota o papel “facilitador” da APIFARMA, “que nos ajudou a mediar o contacto quer com as associações dos distribuidores, quer com a

associação das farmácias”. Agora aguarda-se publicação do diploma, que “já passou em Conselho de Ministros”, para dar início à operação.

A experiência adquirida pelo SUCH com o armazenamento e a distribuição de vacinas contra a COVID e a gripe durante a pandemia levou à escolha deste organismo para centro nevrálgico da distribuição em proximidade dos medicamentos de uso exclusivo hospitalar.

Com números que apontam para cerca de 198 mil utentes da dispensa hospitalar em ambulatório, Paulo Sousa adianta que “cl clinicamente prevê-se que 65% a 70% destes doentes possam optar por esta alternativa das farmácias comunitárias e abandonar a dispensa em hospital”.

Evidenciando a “forte capilaridade das farmácias comunitárias”, Paulo Sousa acredita que este será o sistema preferido dos doentes crónicos, em particular com patologias reumatológicas, VIH/SIDA ou oncológicas, que não necessitem de ser acompanhados pelo hospital com muita frequência.



Legislação Setembro 2023

Lista de medicamentos essenciais

O Despacho n.º 827/2023, 2.ª Série, de 29 de Agosto, aprova a lista de medicamentos essenciais de natureza crítica, prevista no artigo 6.º da Portaria n.º 235/2023, de 27 de Julho.

Regulamento sobre Autorização de Utilização Excepcional

A Deliberação n.º 840/2023, 2.ª Série, de 31 de Agosto, procede à revisão do Regulamento sobre Autorização de Utilização Excepcional (AUE) através da aprovação de uma nova versão do Regulamento sobre Autorização de Utilização Excepcional (AUE) e do Regulamento sobre Autorização de Comercialização de Medicamentos sem Autorização ou Registo Válidos em Portugal (SAR).

Produtos fitofarmacêuticos em ambiente doméstico

O Decreto-Lei n.º 82/2023, de 22 de Setembro, actualiza o regime que regula o uso não profissional de produtos fitofarmacêuticos em ambiente doméstico.

Campanha de Vacinação Sazonal do Outono-Inverno 2023-2024

A Portaria n.º 289/2023, de 26 de Setembro, define os termos e as condições da prestação de serviços de intervenção em saúde pública por parte das farmácias de oficina na Campanha de Vacinação Sazonal do Outono-Inverno 2023-2024, bem como a respectiva remuneração.

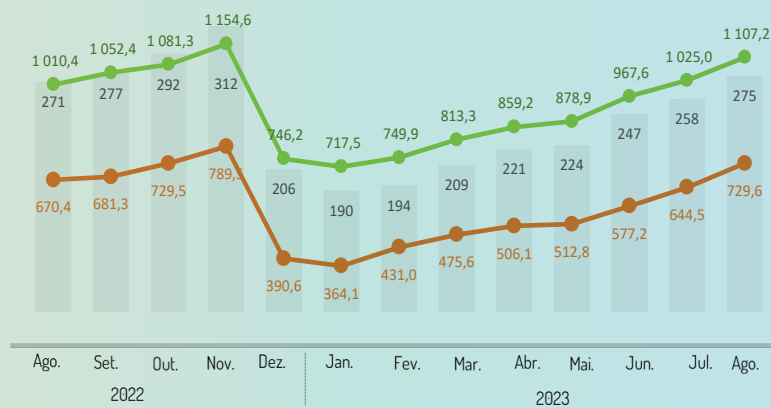
Taxas cobradas pela Agência Europeia de Medicamentos

O Regulamento Delegado (UE) 2023/1766 da Comissão de 29 de Junho de 2023 que altera o Regulamento (UE) n.º 658/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho no que respeita ao ajustamento à taxa de inflação dos montantes das taxas cobradas pela Agência Europeia de Medicamentos pela realização de actividades de farmacovigilância relativas aos medicamentos para uso humano.

PHARMA EM NÚMEROS

A ENCARGOS PÚBLICOS COM MEDICAMENTOS - YTD (SETEMBRO) 2023

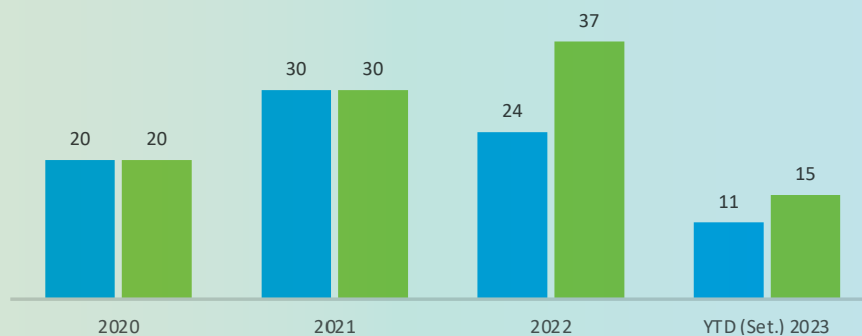
DÍVIDA DAS ENTIDADES PÚBLICAS ÀS EMPRESAS FARMACÊUTICAS



| Portal da Transparência do SNS

■ DÍVIDA TOTAL
■ DÍVIDA VENCIDA

FINANCIAMENTO PÚBLICO DE INOVAÇÃO TERAPÊUTICA - DECISÕES

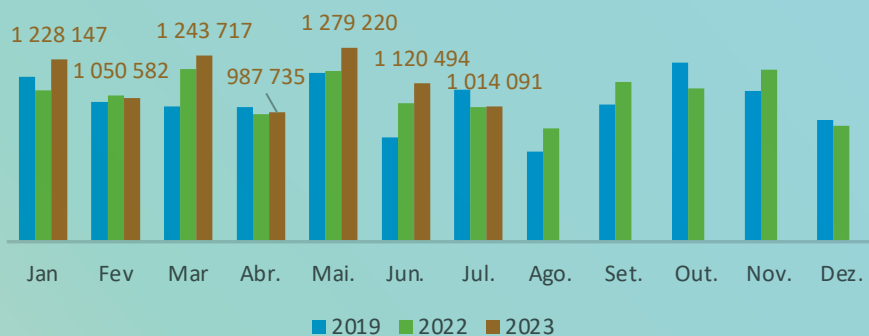


| Portal da Transparência do SNS

■ NIs (novas indicações de medicamentos inovadores)
■ DCIs (novas moléculas)

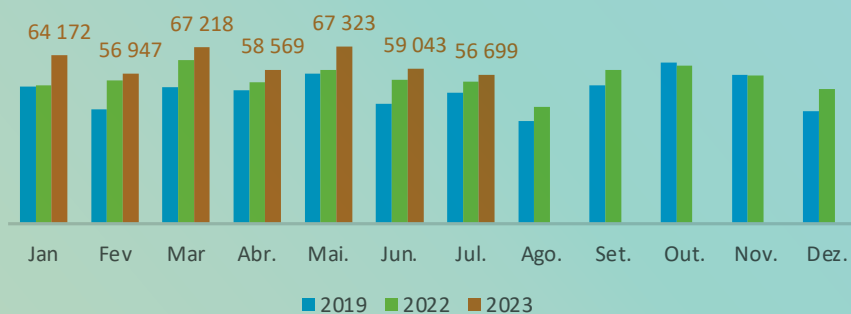
B ACTIVIDADE ASSISTENCIAL DA SAÚDE

N.º DE CONSULTAS NOS HOSPITAIS



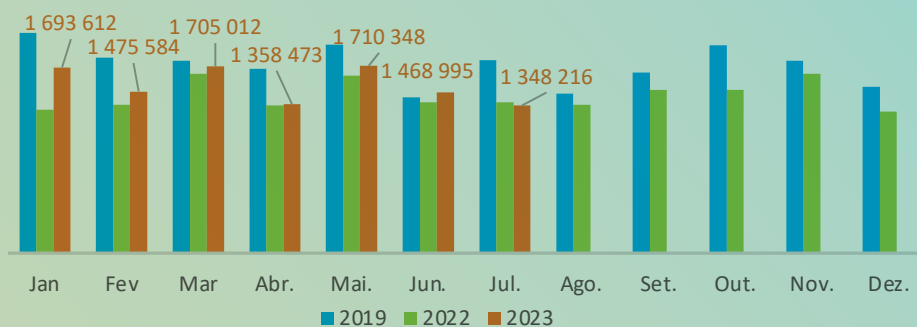
| Portal da Transparência do SNS

N.º DE INTERVENÇÕES CIRÚRGICAS PROGRAMADAS



| Portal da Transparência do SNS

N.º DE CONSULTAS MÉDICAS PRESENCIAIS NOS CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS



| Portal da Transparência do SNS

e.pharma

Newsletter settembre 2023